

BOLETIM

# ENCCLA

Estratégia Nacional de Combate à  
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 42 – setembro de 2017



Foi lançada, dia 12/9, a campanha "[Todos juntos contra corrupção](#)" que busca incentivar a reflexão qualificada e abrangente sobre o tema, auxiliando no enfrentamento efetivo da Corrupção. A iniciativa é um dos resultados da Ação 6/2017 (*consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção fomentando a integridade social e a educação para a cidadania*), coordenada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pela Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov).

A prevenção primária à corrupção pode ser entendida como toda ação voltada para crianças, adolescentes e adultos, no ambiente escolar, acadêmico, organizacional ou comunitário, com intuito de promover a formação de cidadãos conscientes e mais participativos no enfrentamento à corrupção, tornando-os mais envolvidos com o controle social.

Juntamente com a campanha, foi divulgado o [Chamamento Público](#) que receberá, até 31 de outubro, propostas de prevenção primária à corrupção de todo o Brasil. As iniciativas recebidas serão selecionadas pelos participantes da Enccla e comporão Banco de Propostas de prevenção primária à corrupção. As iniciativas ficarão acessíveis a possíveis apoiadores que formarão uma rede colaborativa que será composta por empresas, órgãos

governamentais, ONGs e Universidades que se identifiquem com o tema e que queiram apoiar e contribuir na execução, na expansão e no fortalecimento das propostas de combate à corrupção.

Os participantes da Ação 6/2017 convidam todos os membros da Enccla a disseminar a campanha em suas instituições. Basta [acessar 'www.todosjuntoscontra corrupcao.gov.br'](http://www.todosjuntoscontra corrupcao.gov.br) e fazer o *download* das peças que poderão ser divulgadas por meio dos portais institucionais, das redes sociais ou impressas. É importante lembrar que a campanha foi totalmente desenvolvida pelos coordenadores da Ação 6, ou seja, não há custos envolvidos. Portanto, sua divulgação e seu alcance dependem do engajamento de todos os participantes da Estratégia.

Em 15 de setembro foi realizada a 1ª Reunião dos Grupos de Trabalho da Enccla 2018. Reuniram-se os subgrupos de combate à lavagem de dinheiro e de combate à corrupção que formam o Gabinete de Gestão Integrada (GGI). Os grupos analisaram e discutiram a viabilidade de 22 propostas de ações para desenvolvimento em 2018, que serão submetidas à Reunião Plenária da Enccla, em novembro.

Foi realizado em Macapá-AM, nos dias 20 e 21/9, o *III Congresso Regional da ENCCLA: Combate Efetivo à Corrupção no Brasil: é possível?'*, mais um dos produtos da Ação 3/2017 – *"Estabelecer diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, órgãos de controle interno e externo e a Polícia, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção"*. O evento, coordenado pela Controladoria-Geral do Estado do Amapá (CGE-AP), objetivou congregar todas as instituições que atuam no combate à corrupção no Estado para o desenvolvimento de temas atinentes ao seu modo de atuação. Para mais informações sobre o evento, acesse [este link](#).

Na quinta-feira (21/9), foi realizado o *Workshop Moedas Virtuais e Meios Eletrônicos de Pagamento*. O evento, realizado no Auditório do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Brasília-DF, reuniu especialistas para discutir os possíveis riscos que a utilização de moedas virtuais apresentam, especialmente, em relação à lavagem de dinheiro. O Workshop foi promovido pelo grupo de trabalho da Ação 8/2017 da Enccla, cujo objetivo é *'apresentar diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico'* no país. Os painelistas apresentaram e discutiram com os participantes os principais tipos de negócios e tecnologias, o ambiente regulatório e as ações de prevenção para os crimes e fraudes que envolvem a comercialização das moedas virtuais.

A Secretaria Executiva da Enccla anuncia a posse, em 25/9, de Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira, Delegada de Polícia Federal, como a nova Coordenadora-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania. Sílvia assume, a partir de agora, toda a coordenação da Enccla.

*Secretaria Executiva*

# CURTAS

## Agenda de Reuniões ENCCLA 2017

27/09/2017 - **6ª Reunião da Ação 6** - Coordenador: CNMP. Coordenador-adjunto: SEGOV. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, ANAPE, ATRICON, BB, BNDES, CAIXA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, CASA CIVIL RS, CGU, CJF, COAF, CONACI, CVM, FEBRABAN, MD, MPF, MPMA, MPPE, MPPI, MPT, RFB, TCU. Convidados: CÂMARA DOS DEPUTADOS – CENIN, CÂMARA DOS DEPUTADOS – LABORATÓRIO HACKER, CGDF, CONACI, ESAF, FORPROP, FORGRAD, FORPROEX, OSB. Local: DRCl, às 14h.

04/10/2017 - **7ª Reunião da Ação 8**. Coordenador: BCB. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMB, AMPCON, BB, BNDES, CAIXA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, CGU, CNMP, COAF, CVM, FEBRABAN, GSI/PR, MPF, MPMS, MPRJ, MPSP, MRE, PF, PGFN, RFB, SUSEP, SEGES/MP, TCU. Local: DRCl, às 9h30.

11/10/2017 – **2ª Reunião dos Grupos de Trabalho da Enccla 2018 – GT Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro**. Local: DRCl, 9h30.

11/10/2017 – **2ª Reunião dos Grupos de Trabalho da Enccla 2018 – GT Prevenção e Combate à Corrupção**. Local: DRCl, às 14h30.

25/10/2017 – **4ª Reunião do Gabinete de Gestão Integrada da Enccla (GGI)**. Local: DRCl, às 14h30.

## Conheça as Ações Enccla 2017

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br)*

# MATÉRIAS

Advocacia-Geral da União – AGU

Advocacia-Geral se junta a mais de 30 entidades para incentivar o combate à corrupção



18/09/2017 - Como estimular a conduta íntegra, justa e honesta dos cidadãos? Responder a esta questão por meio de projetos e ações é o objetivo da campanha “Todos Juntos Contra a Corrupção”, iniciativa que tem a participação da Advocacia-Geral da União (AGU) e mais de 30 entidades públicas e privadas. O objetivo é selecionar e certificar, por meio de chamamento público, propostas de prevenção primária à corrupção, desde o ambiente escolar aos meios acadêmicos e organizacionais.

Parte do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção, lançado nesta semana, a ideia é reunir projetos que valorizem, de forma técnica e qualificada, a cidadania e a educação para integridade social nos mais diversos ambientes. As propostas mais bem avaliadas receberão o Selo Pró-Íntegro, que certifica a iniciativa para entrar em um banco de propostas com acesso a todos os interessados no tema. As informações para participação encontram-se no site [www.todosjuntoscontracorrupcao.gov.br](http://www.todosjuntoscontracorrupcao.gov.br), e o edital de chamamento público está aberto até dia 27 de outubro.

Uma rede colaborativa composta por empresas, órgãos governamentais, ONGs e universidades identificadas com o tema poderão apoiar e contribuir na execução, expansão e fortalecimento dos projetos de combate à corrupção.

De acordo com o advogado da União Raphael Ramos, adjunto da advogada-geral, a iniciativa apoiada pela AGU, “além de ser resultado de uma articulação interinstitucional relevante, vem preencher uma lacuna no viés preventivo de médio e longo prazo, na linha dos compromissos de sensibilização e participação social no tema, assumidos pelo país ao promulgar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção”.

A partir da rede colaborativa, o programa pretende difundir um banco de propostas e das boas práticas certificadas para a incentivar uma cultura de integridade e cidadania em todos os níveis da sociedade, incluindo escolas, empresas, órgãos públicos e entidades da sociedade civil.

Estratégia - A campanha é uma das ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), principal rede de articulação entre os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário de diferentes esferas para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate à corrupção, à defesa da probidade e do patrimônio público, visando atender, ainda, as respectivas recomendações internacionais. Além de participar da campanha, a Advocacia-Geral coordena, no âmbito da Enccla, ação para aprimorar a atuação conjunta entre a Advocacia Pública, o Ministério Público, órgãos de controle interno e externo, e da segurança pública, com foco nos eixos de detecção e punição efetiva da corrupção.

*Informações:: Ascom/AGU*

Associação dos Delegados de Polícia Federal – ADPF

### **Seminário Regional da Enccla inicia amanhã (20/9) no Amapá**

*Com o tema Combate Efetivo à Corrupção no Brasil: é possível?, o evento busca congrega instituições para discutir modelos de atuação no país*

19/09/2017 - A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla), da qual a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) é integrante, realizará, nos dias 20 e 21 deste mês, em Macapá (AP), o Seminário Regional - Norte: " Combate Efetivo à Corrupção no Brasil: é possível?".

O evento faz parte da ação 3/2017 da Enccla - "Estabelecer diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, órgãos de controle interno e externo e a Polícia, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção" - e é promovida pela Controladoria Geral do Estado do Amapá em conjunto com as instituições que participam da ação, incluindo a ADPF.

O objetivo do seminário é congrega instituições que atuam no combate à corrupção para que sejam desenvolvidos temas atinentes ao seu modo de atuação, bem como instrumentos e técnicas existentes que possam ser introduzidos. Será debatido o sistema normativo atual e alterações legislativas necessárias, transparência e necessária integração dos órgãos de controle.

Instituída em 2003, a Enccla é formada por mais de 70 órgãos dos Três Poderes, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

*Fonte e imagem: Ascom ADPF*

Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF

## COAF recebe Prêmio Brasil de Combate à Corrupção

*COAF recebe prêmio de destaque na 5ª Conferência Internacional de Prevenção e Combate à Corrupção, que ocorreu nos dias 20 e 21 de setembro*

Nessa quarta-feira (21), o diretor do COAF Antonio Carlos Ferreira foi palestrante na 5ª Conferência Internacional de Prevenção e Combate à Corrupção, no Rio de Janeiro, sobre o tema “Lavagem de Dinheiro: Investigação, Recuperação dos Ativos e Cooperação Internacional”.

O evento realizado pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e pelo Instituto Brasileiro de Direito e Criminologia (IBDC) premiou o COAF com o Prêmio Brasil de Destaque no Combate à Corrupção, em reconhecimento aos serviços prestados em prol do combate à corrupção no país.

No evento, Antonio Carlos Ferreira deixou claro o papel do COAF como unidade de inteligência financeira, que atua eminentemente na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, tendo como competências principais receber, analisar e identificar ocorrências suspeitas de atividades ilícitas, comunicar às autoridades competentes para instauração de procedimentos cabíveis, e também atuar na regulação de alguns setores econômicos com relação a esse assunto.

A conferência aconteceu no Salão Nobre da OAB/RJ e teve a participação de outros órgãos e instituições como a Justiça Federal da Segunda Região, o Departamento de Polícia Federal, o Ministério Público e a Polícia Militar/RJ.

*Informações: Assessoria de Comunicação - Coaf*

Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF

## Campanha #TodosJuntosContraCorrupção

*Nesta terça-feira, 12 de setembro, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA lança a Campanha #TodosJuntosContraCorrupção*



12/09/2017 - O evento foi realizado nesta manhã no auditório da sede do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. O objetivo da campanha é mobilizar a sociedade no combate à corrupção por meio de ações



de conscientização e de projetos educacionais que contribuam para a formação de cidadãos mais conscientes, íntegros e engajados. O evento contou com a presença do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, e do ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, dentre outras autoridades.

A campanha é uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, que reúne mais de 70 órgãos e entidades em funcionamento no País. Por meio da denominada Ação 6 de 2017, da qual o COAF faz parte, a rede busca consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção, fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.

Todas as peças de comunicação estão disponíveis no hot site [www.todosjuntosconstracorrupcao.gov.br](http://www.todosjuntosconstracorrupcao.gov.br) e podem ser baixadas e compartilhadas pelos cidadãos. A página também traz orientações sobre como estabelecer parcerias para produção de cartazes, camisetas, banners e outras formas de divulgação do conteúdo.

Projetos - Durante o lançamento, foi divulgado o edital de chamamento público que visa a selecionar e certificar iniciativas educacionais, já implementadas ou embrionárias, que tenham como objetivos a prevenção primária à corrupção, o fomento à integridade social e a educação para a cidadania. As propostas selecionadas serão disponibilizadas, no final de 2017, à sociedade, para livre consulta e replicação, em um banco de propostas acessível pela internet.

A prevenção primária à corrupção pode ser entendida como toda ação voltada para crianças, adolescentes e adultos, no ambiente escolar, acadêmico, organizacional ou comunitário, com intuito de promover a formação de cidadãos conscientes e mais participativos no enfrentamento à corrupção, tornando-os mais imunes à prática deste crime e mais envolvidos com o controle social.

A criação do banco de propostas promoverá a aproximação entre os gestores dos sistemas educacionais e possíveis parceiros apoiadores, como empresas, órgãos públicos, academia e entidades do terceiro setor. O intuito é a implementação ou replicação das melhores propostas, tanto pelo apoio financeiro quanto pelo compartilhamento de experiências e conhecimentos.

Os projetos devem ser submetidos por meio do site [www.todosjuntosconstracorrupcao.gov.br](http://www.todosjuntosconstracorrupcao.gov.br). O edital completo, com todos os detalhes, está disponível na página.

Por que combater a corrupção? A corrupção enfraquece a cidadania e a democracia, atrasa o desenvolvimento econômico e social, ressalta privilégios e desigualdades, enfraquece a representação política, diminui a efetividade das políticas públicas, aumenta a desconfiança da sociedade nas instituições e inibe a justiça social.

Segundo estudos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o País perde com a corrupção, todos os anos, cerca de 2,3% do PIB, algo em torno de 145 bilhões de reais, que poderiam ser investidos para melhorar os bens e serviços oferecidos à população. Saúde, educação e obras de infraestrutura são algumas das áreas de maior concentração de desvios. Isso contribui para que o Brasil, apesar de ser uma das dez maiores

economias do mundo, continue muito mal classificado no Índice Mundial de Desenvolvimento Humano, ocupando a posição de nº 75, dentre 188 países pesquisados.

*Informações: Assessoria de Comunicação - Coaf*

Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

## Campanha #TodosJuntosContraCorrupção recebe 27 propostas completas e 33 adesões em dois dias

---



15/09/2017 - A Campanha #TodosJuntosContraCorrupção, lançada na última terça-feira, 12 de setembro, na sede do CNMP, em Brasília/DF, já recebeu 27 propostas completas de prevenção primária à corrupção e 32 adesões. O evento, que lotou o auditório do Conselho, foi coberto pelos principais veículos de comunicação, nacionais e locais, de vários estados e municípios, escritos e audiovisuais.

As propostas recebidas serão avaliadas, selecionadas e certificadas conforme previsto no edital de chamamento público. As classificadas comporão o Banco de Propostas de Prevenção Primária à Corrupção, que será disponibilizado para consulta pública na página da campanha, possibilitando a replicação e o apoio das propostas. As melhores propostas serão certificadas com o Selo Pró-Íntegro.

Já as adesões formarão a Rede Colaborativa, que tem a finalidade de identificar as pessoas, físicas e jurídicas (empresas, escolas, universidades, órgãos públicos ou sociedade civil), que estejam dispostas a replicar e apoiar efetivamente a campanha e futuramente as propostas certificadas. Aos participantes da Rede Colaborativa serão apresentadas as propostas certificadas com o objetivo de fomentar parcerias que potencializem a execução dessas propostas, tanto financeiras como de outra forma.

Campanha, Banco de Propostas e Rede Colaborativa são os pilares do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção, criado no âmbito da Ação 6 da Enccla (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro) de 2017, com a participação inicial de mais de 30 órgãos e entidades do Estado e da sociedade civil organizada.

A página da campanha contém as orientações e os formulários para inscrição de propostas e adesões. As propostas podem ser inscritas até o dia 26 de outubro, e as adesões podem ser feitas a qualquer tempo.

Para saber mais acesse: [www.todosjuntoscontra corrupcao.gov.br](http://www.todosjuntoscontra corrupcao.gov.br)

*Assessoria de Comunicação Social - Conselho Nacional do Ministério Público*



## Processo Administrativo de Responsabilização é debatido em Congresso da Enccla no Amapá



*No segundo e último dia do evento, o tema foi amplamente explanado em mesa-redonda. Direito Penal Econômico e Compliance também foram discutidos.*

21/09/2017 - O segundo e último dia do III Congresso Regional-Norte da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla) no Amapá ofertou ao público o debate de assuntos de grande relevância no âmbito do tema proposto, "Combate Efetivo à Corrupção no Brasil: é possível?". A primeira mesa-redonda desta quinta-feira, 21, tratou sobre Direito Penal Econômico. A segunda explanou o Processo Administrativo de Responsabilização, previsto na Lei 12.846/2013, chamada de Lei Anticorrupção.

O congresso é resultado da terceira de onze ações previstas pela Enccla para o ano de 2017. A programação teve como objetivo oportunizar o diálogo e a socialização de experiências, inclusive com a participação da sociedade civil, bem como a integração entre as diversas instituições de controle interno e externo, federais, estaduais, Ministério Público e polícia. Para, assim, traçar estratégias na busca efetiva da prevenção e combate a tais práticas ilícitas.

O primeiro assunto foi explanado por Auriney Brito, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amapá (OAB/AP). Brito aprofundou-se no *Compliance*, que se trata de uma ferramenta moderna que visa estabelecer métodos de prevenção da criminalidade econômica.

"Esse mecanismo faz parte da ideia de caráter preventivo do Direito Penal Econômico, que é, por sua vez, eminentemente repressivo. Quando se fala em compliance, se fala em buscar formas de utilizar a ameaça e os institutos de direito penal para prevenir a criminalidade", pontuou.

Na prática, explicou Brito, a ferramenta consiste em criar um grupo multidisciplinar, ou seja, com especialistas de diversas áreas como o Direito e Finanças, por exemplo, que devem acompanhar e analisar se todos os atos do gestor estão em conformidade com a lei. Assim, o controle e a fiscalização das atividades se tornam permanentes e pode ser evitada a prática da corrupção e de outros ilícitos administrativos e criminais.

A segunda abordagem do dia foi acerca do processo Administrativo de Responsabilização (PAR), feita pelo procurador do Estado do Amapá, Diego Bonilla.

Bonilla tratou do tema no âmbito da advocacia pública, nos procedimentos administrativos de responsabilização e dos avanços recentes na legislação brasileira, como a possibilidade de responsabilização objetiva de pessoas

jurídicas que contribuíram para a corrupção praticada contra a administração, independentemente de culpa ou dolo pelos ilícitos e pelos desvios de conduta. Antes, o controle sobre a administração pública e o combate à corrupção se davam somente sobre pessoas físicas.

“Aquele corpo intermediário de corrupção no passado, que era a pessoa jurídica, hoje é atingido inclusive com práticas exacerbadas de punição, que permitem também um controle por parte da população com boicote das empresas que agem de forma distorcida e que prejudiquem o aparato público e o meio social”, explicou o procurador.

O encontro é coordenado no Estado pela Controladoria-Geral do Amapá (CGE), - que representa, na Enccla, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) -, em parceria com a Coordenação Geral da Ação, composta pela Advocacia-Geral da União (AGU) e Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. O estado foi escolhido pela AGU para sediar o evento na Região Norte.

Todas as explanações, tanto no primeiro dia de evento, quanto no segundo, foram prestigiadas por servidores dos órgãos de controle e fiscalização e sociedade civil, que deram também suas contribuições através de questionamentos sobre o tema.

O coordenador da Enccla, Pedro Vasques, salientou que o evento cumpriu com o objetivo, visto a participação de vários órgãos afins e, principalmente, da sociedade. “Essa conexão é que queremos destacar. O combate à corrupção tem que ser algo do nosso dia a dia. Depende de cada um de nós, e por meio deste debate, tenho certeza que demos um passo importante rumo ao objetivo”, salientou.

Mirela Pinheiro, acadêmica do sexto semestre do curso de Direito da Universidade Federal do Amapá (Unifap), avaliou como positiva a proposta do congresso. “Como bem exemplificado pelos palestrantes, a corrupção é algo que praticamos até mesmo em ações do cotidiano. Essa reflexão é muito válida e a socialização dessas informações nos instiga também a começar a mudar nossas condutas”, frisou.

O controlador-geral do Estado, Otni Alencar, ressaltou que o diálogo já existente no Estado entre os órgãos de controle continuará sendo executado, e que a intenção é fortalecer ainda mais a relação com a sociedade, levando o cidadão, cada vez mais, a ser fiscalizador das ações e dos gastos públicos, visto os mecanismos que já foram adotados no Estado para esse fim, como a Lei de Acesso à Informação.

Alencar reforçou também que o Amapá continuará sendo participativo nas discussões a nível nacional, socializando, inclusive, os avanços conquistados, como a prevista implantação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) no Amapá, que foi tema de uma das palestras do Congresso. A ferramenta é um modelo nacional que agrega mecanismos eficazes de recuperação de ativos, ou seja, o combate à sonegação fiscal. O CIRA será executado em parceria pela CGE, Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público e Tribunal de Justiça do Amapá (Tjap).

“O crime organizado atua de forma muito integrada, e por isso, cada vez mais as instituições que combatem a criminalidade têm que trabalhar de forma conjunta e intensa; integrar de forma muito intensa no sentido de prevenir e combater a lavagem de dinheiro e a corrupção”, ressaltou o controlador.

Na ocasião, se fizeram presentes também o conselheiro e segundo vice-presidente do Tribunal de Contas do Amapá (TCE), Reginaldo Ennes; o procurador-chefe da Procuradoria Tributária do Amapá, Victor Barreto; o

representante da Polícia Federal, Luís Alberto Filho; e José Aroldo Gomes, representando a Controladoria-Geral da União.

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro foi criada em 2003 e é composta por mais de 70 órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos níveis federal, estadual e municipal, e o Ministério Público em todas as esferas. Com essa integração, busca-se formular estratégias e políticas públicas eficazes na luta contra a prática de corrupção e lavagem de dinheiro no país.

A cada ano, são criadas e pactuadas ações a serem executadas por meio de grupos de trabalho no ano subsequente. Diversos resultados já foram alcançados por meio da Enccla, dentre eles a criação do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Por meio desse programa, foram capacitados mais de 18 mil agentes públicos em todo o país. Demais resultados da Estratégia ao longo dos anos podem ser vistos em <http://enccla.gov.br>

*Informações: Assessoria de Comunicação Governo do Amapá*

*Foto: Philippe Gomes*

Controladoria-Geral do Estado do Amapá (CGE-AP)

## Combate à corrupção e lavagem de dinheiro no país é tema de congresso no Amapá



20/09/2017 - O Amapá sediará, nos dias 20 e 21 de setembro, o III Congresso Regional-Norte, que faz parte da 3ª ação deste ano da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla). O tema "Combate Efetivo à Corrupção no Brasil: é possível?" será explanado por meio de palestras e mesas-redondas. O objetivo é proporcionar um amplo debate entre as instituições dos Estados da Região Norte, voltados ao fortalecimento das ações das Procuradorias Gerais dos Estados na defesa dos recursos públicos pela recuperação de ativos.

O evento é coordenado pela Controladoria Geral do Estado do Amapá (CGE), - que representa, na estratégia, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) -, em parceria com a Coordenação Geral da Ação, composta pela Advocacia-Geral da União (AGU) e Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

O Amapá foi escolhido pela AGU - que coordena a terceira ação - para sediar o evento. O objetivo do encontro é criar estratégias e diretrizes que possibilitem a integração entre a diversas instituições de controle e as advocacias estaduais, os ministérios públicos de todas as esferas, os órgãos de controle interno e externo e as polícias, para atuarem na prevenção e combate a tais práticas ilícitas no Brasil.

O controlador-geral do Amapá, Otni Alencar, ressalta que o congresso tem extrema importância para o cenário regional, visto que “teremos a oportunidade de discutir propostas para o fortalecimento das ações executadas pela Advocacia Pública na defesa do Estado, nas ações judiciais que visam a recuperação de ativos oriundos da lavagem de dinheiro e crimes contra a administração pública”, pontuou.

O evento é aberto ao público, mas tem como alvo representantes dos órgãos de controle e afins. A programação acontecerá no auditório do Serviço Social da Indústria do Amapá (Sesi/AP), no bairro do Trem, pela manhã.

Programação - Na quarta-feira, o credenciamento inicia-se às 7h. Às 8h30 haverá apresentação cultural. Em seguida, será composta a mesa de autoridades, que farão seus pronunciamentos. A primeira palestra abordará o contexto teórico em que está inserida esta terceira ação da Enccla em 2017, e será ministrada pelo coordenador da Estratégia e advogado da União, Pedro Soares.

A segunda explanação será feita pela secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, Cláudia Taya, que tratará sobre “Ética e Integridade para um novo Brasil”.

O titular da Procuradoria Geral do Amapá, Nanson Galeno, falará em seguida sobre a Lei 12.846/2013, que trata, em seu capítulo V, do Acordo de Leniência.

Na quinta-feira, 21, serão compostas duas mesas-redondas. A primeira abordará o “Combate à corrupção e o respeito ao devido processo constitucional”, com participação do vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Amapá (OAB/AP), Auriney Brito, e do titular da CGE, Otni Alencar.

A segunda mesa tratará dos aspectos gerais da Lei 12.846/2013, com ênfase ao capítulo IV, que aborda o Processo Administrativo de Responsabilização. A explanação será feita pelo coordenador Pedro Soares e pelo controlador Otni Alencar.

Ao longo de todas as palestras e mesas, o público presente poderá formular perguntas que serão respondidas depois das abordagens. Ao fim do evento, poderá ser criado um grupo de trabalho para dar continuidade à terceira ação no Estado do Amapá.

Além dos palestrantes, estarão presentes no evento o governador do Amapá, Waldez Góes, o vice-governador Papaléo Paes; a procuradora do Estado Rio Grande do Sul, Adriana de Mello; o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, Ricardo Soares; o presidente do Ministério Público do Amapá, Márcio Augusto Alves; o presidente da OAB/AP, Paulo Campelo; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, José Carlos Barbosa; e a deputada estadual, Marília Góes, dentre outras autoridades e sociedade civil.

*Informações: Assessoria de Comunicação Governo do Amapá*

## Enccla discute riscos de lavagem de dinheiro por meio de moedas virtuais



*Previsão de especialistas é que nos próximos anos as transações financeiras com esse tipo de moeda cresçam e, juntamente a elas, o risco de fraudes. "É preciso conhecer e nos precaver", diz diretor do DRCI*

22/09/17 – Brasília, 22/9/17 - Participantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) realizaram, nesta quinta-feira (21), o Workshop 'Moedas Virtuais e Meios Eletrônicos de Pagamento'. O evento aconteceu no auditório do Ministério da Justiça e Segurança Pública e reuniu especialistas para discutir os possíveis riscos que a utilização das moedas virtuais apresenta, especialmente, em relação à lavagem de dinheiro.

O workshop foi promovido pelo Grupo de Trabalho da Ação 8/2017 da Enccla, cujo objetivo é apresentar diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico no país.

As moedas virtuais são uma nova forma de transação econômica que independe de intermediários, tais como bancos ou governos. As transações são feitas diretamente entre os negociadores por meio de complexos códigos criptografados chamados 'blockchain'. A previsão de especialistas é que nos próximos anos as transações financeiras com esse tipo de moeda cresçam e, juntamente a elas, o risco de fraudes e de lavagem de dinheiro.

"Estamos assistindo o início de uma revolução na gestão do sistema financeiro mundial e, por isso mesmo, precisamos conhecer e nos precaver sobre possíveis riscos que a utilização desses mecanismos pode apresentar", destaca Luiz Roberto Ungaretti, diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).

Os palestrantes apresentaram e discutiram com os participantes os principais tipos de negócios e tecnologias, o ambiente regulatório e as ações de prevenção para os crimes e fraudes que envolvem a comercialização das moedas virtuais.

Enccla - A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), criada em 2003, é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e municipal. Também articula com Ministério Público de diferentes esferas, para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. O DRCI/SNJ exerce a função de secretaria executiva da Estratégia, que congrega mais de 70 diferentes instituições.

O trabalho é concretizado por meio das chamadas Ações, as quais são elaboradas e pactuadas anualmente pelos participantes da Enccla. Para cada uma delas, cria-se um grupo de trabalho composto por vários órgãos e instituições envolvidos com a temática, o qual tem como mandato o alcance de um ou mais produtos predefinidos, por meio de atividades como realizar estudos e diagnósticos legais-normativos e de composição de bancos de dados, elaborar propostas legislativas, buscar eficiência na geração de estatísticas e realizar eventos voltados à evolução dos temas por meio de debates. Os grupos de trabalho costumam reunir-se mensalmente.

No cenário mundial, a Enccla tem cumprido papel essencial de articular com as instituições públicas do país para atender, também, recomendações internacionais, tais como as Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (FATF/GAFI).

Ao longo desses anos, os trabalhos desenvolvidos pela Enccla trouxeram diversos resultados positivos no combate ao crime de lavagem de dinheiro e às práticas de corrupção.

*Informações: Assessoria de Comunicação Social – MJSP*

Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP

## Enccla lança Campanha 'Todos Juntos Contra Corrupção'



*Campanha pretende mobilizar a sociedade no combate à corrupção por meio de ações de conscientização e de projetos educacionais*

Brasília, 12/09/17 – Brasília, 12/9/17 – A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) lançou nesta terça-feira (12/9) a Campanha #TodosJuntosContraCorrupção, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e com a Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov).

A campanha visa mobilizar a sociedade no combate à corrupção por meio de ações de conscientização e de projetos educacionais que contribuam para a formação de cidadãos mais conscientes, íntegros e engajados. A iniciativa partiu da Enccla, que reúne mais de 70 órgãos e entidades no país. Por meio da Ação 6 de 2017, coordenada pelo CNMP e pela Segov, a rede busca consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção, fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.

Todas as peças de comunicação estarão disponíveis na página [todosjuntoscontracorrupcao.gov.br](http://todosjuntoscontracorrupcao.gov.br) e poderão ser baixadas e compartilhadas pelos cidadãos. A página também trará orientações sobre como estabelecer parcerias para produção de cartazes, camisetas, banners e outras formas de divulgação do conteúdo.



Projetos - Foi divulgado o edital de chamamento público que visa selecionar e certificar iniciativas educacionais, já implementadas ou embrionárias, que tenham como objetivos a prevenção primária à corrupção, o fomento à integridade social e a educação para a cidadania. As propostas selecionadas serão disponibilizadas no final de 2017 à sociedade para livre consulta e replicação, em um banco de propostas acessível pela internet.

A prevenção primária à corrupção pode ser entendida como toda ação voltada para crianças, adolescentes e adultos, no ambiente escolar, acadêmico, organizacional ou comunitário, com intuito de promover a formação de cidadãos conscientes e mais participativos no enfrentamento à corrupção, tornando-os mais envolvidos com o controle social.

A criação do banco de propostas promoverá a aproximação entre os gestores dos sistemas educacionais e possíveis parceiros apoiadores, como empresas, órgãos públicos, academia e entidades do terceiro setor. O intuito é a implementação ou replicação das melhores propostas, tanto pelo apoio financeiro quanto pelo compartilhamento de experiências e conhecimentos.

Os projetos devem ser inscritos até 26 de outubro pelo site: [www.todosjuntoscontracorrupcao.gov.br](http://www.todosjuntoscontracorrupcao.gov.br)

*Informações: Assessoria de Comunicação Social – MJSP*

Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP

## **Enccla reúne-se com sociedade civil e grupos estaduais de combate à corrupção**

*Entidades apresentam propostas de prevenção e de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro que serão desenvolvidas durante 2018*

1º/09/2017 – Na última quinta-feira, (31), os integrantes do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) reuniram-se com organizações da sociedade civil e com representantes dos Fóruns Estaduais de Combate à Corrupção (Focco) e Redes de Controle. O objetivo do encontro, que acontece anualmente, é receber propostas de ações de prevenção e de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para, juntamente com as propostas encaminhadas pelos próprios participantes da Estratégia, formarem as ações que serão objeto da Enccla 2018.

Desde 2015, a Estratégia estimula a propositura de ações por parte dos movimentos estaduais e da sociedade civil, pois entende que é fundamental unir as necessidades dos gestores públicos e os interesses dos cidadãos. “A Enccla trabalha para aprimorar e expandir a participação tanto da sociedade civil quanto dos movimentos estaduais de combate à corrupção na propositura de ações que serão desenvolvidas em 2018. É importantíssimo que todo o Estado brasileiro trabalhe de forma articulada, pois somente com a contribuição de todos é possível prevenir e combater esses crimes”, ressalta Tácio Muzzi, diretor-adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (DRCI/SNJ), que atua como Secretaria-Executiva da Estratégia.

A partir de agora a Enccla inicia a preparação para a Plenária anual, prevista para novembro de 2017. Nesse encontro, que será o 15º desde sua criação, os órgãos aprovarão os resultados obtidos nas 11 Ações desenvolvidas neste ano e decidirão as novas propostas.

Participaram da reunião: Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), Instituto Ethos, Instituto de Fiscalização e Controle (IFC); Observatório Social do Brasil (OSB), Transparência Internacional; Fórum de Combate à Corrupção dos estados de Sergipe e de Pernambuco e Redes de Controle do Maranhão, de Mato Grosso e da Bahia.

Enccla - Criada em 2003, a Enccla é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em parceria com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas. A finalidade é formulação de políticas públicas voltadas ao combate de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

O trabalho é concretizado nas chamadas Ações, as quais são elaboradas e pactuadas anualmente pelos participantes. Para cada uma delas, cria-se um grupo de trabalho composto por vários órgãos e instituições com afinidade com o tema, cujo objetivo é chegar aos resultados propostos pela ação.

Saiba mais em [www.enccla.gov.br](http://www.enccla.gov.br)

*Informações: Assessoria de Comunicação Social – MJSP*

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)

**CGU celebra acordo de cooperação para acesso às bases de dados de cartórios**



*Objetivo é utilizar informações para subsidiar trabalhos de prevenção e combate à corrupção*

20/09/2017 - O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) celebrou, nessa quarta-feira (20), acordo de cooperação técnica com o Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil (IRTDPJBrasil). O objetivo é viabilizar meios eficazes de acesso às informações constantes das bases de dados dos cartórios, a fim de subsidiar os trabalhos de auditoria e fiscalização, correição – principalmente na condução dos Processos Administrativo de Responsabilização de Empresas (PAR) – e na área de prevenção da corrupção.

A parceria também permite a tempestividade na obtenção de informações, com eliminação do fluxo de papel e da demora na obtenção das respostas; além de facilitar a coleta de dados para a confecção de relatórios e evitar desperdício de tempo com buscas inúteis. A colaboração ocorrerá de forma gratuita, sem qualquer repasse de recursos orçamentários e financeiros por parte da União.

O acordo foi assinado pelo ministro substituto, Wagner de Campos Rosário, e pelo presidente da IRTDPJBrasil, Paulo Roberto de Carvalho Rêgo.

Estratégia institucional - Os acordos de cooperação técnica fazem parte da estratégia do Ministério da Transparência para fortalecer o trabalho com outros órgãos que atuam na defesa do patrimônio público, na melhoria da gestão e na prevenção e enfrentamento da corrupção. A CGU possui colaboração com diversas entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, de todos os poderes e esferas de governo. Em 2016, havia 186 parcerias vigentes. Neste ano, já foram assinadas mais 43.

Os objetos dos acordos, de maneira geral, tratam dos seguintes temas: ampliação da articulação e integração entre as instituições signatárias; capacitação, estágios, publicações e intercâmbios acadêmicos; compartilhamento de bases de dados; troca de experiências e tecnologias; além do desenvolvimento e aprimoramento dos normativos e procedimentos de investigação.

*Foto e Informações: Assessoria de Comunicação Social – CGU*

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)

## Escolas ainda podem participar do Concurso de Desenho e Redação da CGU



*Prazo para envio dos trabalhos se encerra no final de setembro. Com o tema "Todo dia é dia de cidadania", iniciativa gratuita é voltada a alunos de instituições públicas e particulares*

26/09/2017 - As inscrições e o prazo para envio dos trabalhos da 9ª edição do Concurso de Desenho e Redação da CGU terminam no próximo dia 30 de setembro. Com o tema "Todo dia é dia de cidadania", a iniciativa gratuita visa despertar nos estudantes, de escolas públicas e privadas de todo o país, o interesse por assuntos relacionados ao controle social, à ética e à convivência cidadã. Para participar e enviar os trabalhos, é necessário que as instituições de ensino realizem a inscrição eletrônica no [Portalzinho da Criança Cidadã](#).

As três instituições com a melhor estratégia para debater o tema em sala de aula serão premiadas com um computador e certificado de reconhecimento, na categoria "Escola-Cidadã". Os alunos autores e professores orientadores dos três melhores trabalhos em cada categoria receberão um *tablet* e um certificado. O resultado do concurso será divulgado até o dia 30 de novembro de 2017.

Ao todo, o concurso está dividido em 14 categorias. Nas categorias de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, os alunos poderão concorrer com trabalhos do tipo "Desenho". Já nas categorias de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, 1º ao 3º do ensino médio, incluindo a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), os alunos poderão concorrer com trabalhos do tipo "Redação". Na última edição (ver trabalhos premiados), a iniciativa mobilizou cerca de 370 mil alunos e 7 mil professores, sendo aproximadamente 8 mil trabalhos foram enviados por cerca de 2 mil escolas.

Como participar - Para participar, é necessário que as instituições e escolas interessadas realizem a inscrição eletrônica por meio do sistema no Portalzinho da Criança Cidadã. Lá, está disponível também o edital, os

formulários de realização dos trabalhos, peças de divulgação e o Guia do Professor, documento com fundamentação teórica sobre o tema e instruções para participar do concurso. O envio dos trabalhos deverá ser realizado apenas por meio digital.

Entre as novidades desse ano está a maior facilidade para inscrição e posterior envio dos trabalhos pela Internet, exclusivamente em meio digital através de sistema online. A ferramenta gera um código de inscrição, que deve ser salvo pela escola, para retomar e editar informações a qualquer momento. Dessa forma, o envio dos trabalhos pode ser feito gradualmente conforme produção pelos estudantes.

As escolas e os professores deverão desenvolver estratégias de mobilização e prática pedagógica para debater o tema com os alunos. O trabalho submetido ao concurso deve obrigatoriamente ser realizado em sala de aula; ser confeccionado no formulário padrão, preenchido com todas as informações solicitadas; abordar o tema "Todo dia é dia de cidadania"; ser realizado individualmente; ser inédito e original.

*Fonte e imagem: Assessoria de Comunicação Social – CGU*

Receita Federal do Brasil - RFB

## Secretário participa do lançamento da campanha #TodosJuntosContraCorrupção



15/09/2017 - Em 12 de setembro, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília/DF, o Secretário Rachid participou do lançamento da campanha #TodosJuntosContraCorrupção, que tem como objetivo mobilizar a sociedade no combate à corrupção por meio de ações de conscientização e de projetos educacionais que contribuam para a formação de cidadãos mais conscientes, íntegros e engajados.

Uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), a campanha é um dos três pilares do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção, que conta, ainda, com a criação de um banco de propostas de boas práticas a ser disponibilizado à sociedade, como também com a formação de uma rede colaborativa, com a participação de empresas, órgãos públicos, academia e entidades do terceiro setor.

Participaram do lançamento, além do Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o Procurador-Geral da República e Presidente do CNMP, Rodrigo Janot, e o Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário.

Em seu pronunciamento, o Secretário Rachid destacou que com mesma ênfase que a campanha trata sobre o combate à corrupção, a Receita Federal tem atuado no combate à sonegação.

A expectativa dos organizadores é que a campanha tome as ruas e mobilize as pessoas, fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.

*Informações: Assessoria de Comunicação da Receita Federal do Brasil*

Tribunal de Contas da União - TCU

**TCU adere à campanha #todosjuntoscontracorrupcao**



*A campanha foi lançada na última terça-feira (12), no auditório do CNMP. Na ocasião, o presidente Carreiro entregou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o Referencial de Combate a Fraude e Corrupção.*

15/09/2017 - Nada é mais transformador que ser íntegro onde a corrupção predomina. Com esse lema, foi lançada, na última terça-feira (12), no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, a campanha Todos Juntos Contra Corrupção (#todosjuntoscontracorrupcao), que é uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Como membro da Enccla, o Tribunal de Contas da União (TCU) aderiu à campanha e foi representado na solenidade de lançamento pelo presidente Raimundo Carreiro.

A campanha é um dos três pilares do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção (PNPPC) e pretende dar protagonismo ao cidadão, fazendo-o refletir sobre a corrupção na cultura brasileira, nas faltas cometidas no dia-a-dia (conhecidas como "microcorrupções"), e na importância de combatê-las com convicção, tendo clareza que a mudança começa na atitude de cada um.

O PNPPC, também conhecido como Ação 6/2017 da Enccla, é uma iniciativa colaborativa entre Estado, academia, mercado e sociedade civil que tem como objetivo estruturar uma política pública de prevenção primária à corrupção que vai preencher a lacuna existente no enfrentamento da corrupção no Brasil. A prevenção primária à corrupção cuida da formação de uma sociedade formada por pessoas solidamente arraigadas em valores morais e menos suscetíveis a serem corrompidas.

Os outros dois pilares que compõem o programa são a formulação de um banco de propostas com projetos, iniciativas e boas práticas que trabalhem valores éticos com foco em ações educativas para crianças, adolescentes e adultos, e uma rede colaborativa composta por empresas, órgãos governamentais, organizações não-governamentais (ONGs) e universidades, com o objetivo de expandir, apoiar e fortalecer as propostas de prevenção primária à corrupção. Para saber mais sobre o programa acesse o site: [www.todosjuntoscontracorrupcao.gov.br](http://www.todosjuntoscontracorrupcao.gov.br).

Na solenidade de lançamento da campanha, o presidente do TCU, ministro Raimundo Carreiro, aproveitou a ocasião e entregou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o [Referencial de Combate a Fraude e Corrupção](#), publicação do Tribunal com soluções para preservar o interesse e o patrimônio público.

Grande apoiador da campanha, o TCU tem investido na divulgação e no engajamento dos cidadãos, nas redes sociais, a conteúdos relacionados a #todosjuntoscontracorrupcao, além de outras ações de combate à corrupção de modo geral.



Este Boletim é elaborado e divulgado pela Secretaria Executiva da Enccla.  
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional  
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania – Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br) ou 61 2025-8900